

Autor: Duarte, Luiz F.D. (em colaboração com Edlaine Gomes)

En: Duarte, Luiz F.D. & Gomes, Edlaine Três Famílias. Identidades e Trajetórias Transgeracionais nas Classes Populares (em colaboração com Edlaine Gomes). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 313 pp.- ISBN 975-85-225-0698-9

Texto de difusión restringida, de uso exclusivo del Seminario Permanente del CAS / IDES. No usar sin autorización previa

I. Introdução

Epigrammata 2

*Felix qui patriis aeuum transegit in agris,
ipsa domus puerum quem uidet, ipsa senem;
qui baculo nitens, in qua reptauit arena,
unius numeret saecula longa casae!*

[Feliz aquele que passou a vida nos campos de seus pais!
A casa em que viveu menino é ainda a de ancião.
Apoiado em seu cajado, no chão em que engatinhou,
Conta os longos anos de sua mesma cabana.]

(Claudius Claudianus, apud Novak & Neri, 1992 [séc. IV])

Apresenta-se aqui um estudo da dinâmica social de três redes familiares de classe popular na área do Grande Rio de Janeiro, observada transgeracionalmente como tensão entre a referência – por um lado – a uma base identitária (simbolizada pela relação com uma *casa* familiar), dotada de um ethos compartilhado (eventualmente expresso através de um pertencimento religioso) e – por outro – ao trajeto de auto-afirmação ou ‘individualização’ relativa de alguns de seus membros e novos núcleos familiares descendentes.

São dimensões constitutivas desse quadro a situação de luta ingente pela garantia de sobrevivência econômica, o regime de identificação e solidariedade intra-familiar generalizado, a preservação e manutenção de um espaço de habitação referencial axial para a rede familiar (e da qualidade moral de sua vizinhança ou entorno), a competição diferencial específica dentro das fratrias (e das linhagens decorrentes), os complexos efeitos das mobilidades ascendentes e descendentes entre os membros e as linhagens (o que inclui situações de trabalho, estudo, agência política, casamento etc.), os efeitos de conjuntura (econômicos, políticos, religiosos etc.) relacionados aos diferentes momentos do ciclo de desenvolvimento das unidades domésticas, as implicações das marcas de ‘cor’ e da hexis corporal construída dentro das redes e os efeitos de ethos religioso (incluindo a recente emergência de uma pluralidade religiosa popular no Brasil). Serão utilizados materiais relativos aos projetos, rituais e dramas que pontuam a história dessas redes, com seus mitos constitutivos, suas referências identitárias compartilhadas, seus personagens paradigmáticos, suas franjas identitárias e seus estilos ou regimes de controle moral e de satisfação psicossocial.

Três situações empíricas diferentes permitem um exercício comparado sistemático. A primeira decorre da pesquisa de L. Duarte com uma família de implantação imemorial no bairro de Jurujuba, Município de Niterói¹. A convivência com diversas gerações dessa rede familiar (fortemente associada ao trabalho na pesca) ao longo de três décadas permite uma percepção intensa dos processos identitários e trajetórias a partir da casa da matriarca, falecida ao final dos anos 1980, e do casal encabeçado por seu filho mais velho, atualmente com mais de 80 anos. As características constitutivas de um ‘bairro de pescadores’ são indissociáveis dos trajetos que se afastam progressivamente desse marco identitário, em múltiplas direções. A diferenciação moral das linhagens colaterais pela

¹ Os autores adotaram algumas convenções, um tanto arbitrárias, para permitir a redação de um trabalho conjunto, baseado – no entanto – em experiências etnográficas conduzidas em separado por cada um deles. Assim as partes comuns serão assumidas por um ente bifronte chamado alternativamente de ‘os autores’ ou ‘os pesquisadores’, conforme se enfatize mais o texto final ou o processo investigativo subjacente. As referências a informações, interpretações ou experiências específicas de cada um dos autores serão apresentadas em terceira pessoa: L. Duarte e E. Gomes. É uma solução um tanto estranha para os próprios ‘autores’, mas lhes pareceu mais conveniente para a construção da narrativa do que a de compartimentar o texto em segmentos de autoria comum ou individual.

primeira geração passou, inclusive, a se expressar recentemente no código da pluralidade religiosa.

A segunda decorre de pesquisa de L. Duarte com os descendentes de uma rede familiar implantada no começo do século XX no bairro do Estácio, Município do Rio de Janeiro, e fortemente associada ao serviço público municipal. O casal fundador dessa rede faleceu nos anos 1950, época em que a segunda geração atingia o ápice de um processo de longa luta pela auto-afirmação e estabilização social. A casa original, no entanto, continuou até hoje habitada por diferentes membros da família, apesar da crescente desqualificação do bairro, e ainda povoa a imaginação de parte dos descendentes. O autor é membro de um ramo socialmente ascendente dessa rede e essa condição é parte da reflexão em curso na pesquisa e no livro.

A terceira decorre de pesquisa de E. Gomes com uma rede familiar implantada no bairro de Éden, Município de São João de Meriti, Baixada Fluminense, nos anos 1950 e até hoje referida ao complexo residencial inaugurado pelo casal original, migrado do interior de Minas Gerais. O patriarca faleceu em 1988 e sua esposa em 2003. É uma rede dotada de grande variedade de relações com o mundo do trabalho, do controle moral e do estudo, enfrentando hoje com toda força os efeitos da diferenciação social e da emergência da pluralidade religiosa popular brasileira. A autora também é membro de um ramo socialmente ascendente dessa rede, o que permite o adensamento da reflexão ensejada em conjunto com L. Duarte sobre os processos identitários e as trajetórias transgeracionais a partir de um núcleo familiar original de classe popular.

O trabalho aqui apresentado decorre, mais diretamente, de uma pesquisa conduzida por L. Duarte e E. Gomes entre 2003 e 2006, sob os auspícios da Fundação Ford (mas também beneficiária de recursos do CNPq e da FINEP), sobre “Família, Reprodução e Ethos Religioso”. O projeto original previa o estudo e a discussão da relação entre a construção social da pessoa, o entranhamento familiar e os valores e práticas que envolvem a reprodução humana na sociedade brasileira contemporânea. Propunha-se que um foco analítico e comparativo importante seria o das diferenças de ethos religioso envolvido em cada estágio dos ciclos do desenvolvimento pessoal e doméstico. Deveriam estar aí tematizadas questões tais como as estratégias de formação ou manutenção das

redes de aliança / filiação, o comportamento sexual e reprodutivo, o tipo e grau de adesão a determinadas opções religiosas, e – finalmente – as condições de interrelação dessas dimensões nas carreiras e trajetórias dos diferentes sujeitos sociais.

O trabalho contou com outros pesquisadores em diferentes momentos de sua consecução e resultou em diversas publicações anteriores (cf. Duarte, 2005b; Duarte 2006a; Duarte, 2006b; Duarte, 2006c; Duarte, Gomes *et al.*, 2006; Duarte, 2007; Gomes, 2006a; Gomes, 2006b; Gomes, 2006c; Natividade & Gomes, 2006). O empreendimento que resultou no presente trabalho, embora tenha sido especificamente conduzido por seus dois autores, nutriu-se das continuadas discussões e trocas intelectuais ocorridas nesses últimos cinco anos sobretudo com Naara Luna, Rachel Aisengart Menezes, Marcelo Natividade, Juliana Jabor, Diana Lima e Paulo Victor Leite Lopes. Ana Daou, Octavio Bonet, Zoy Anastassakis e Carlos Eduardo Dullo foram prestimosos auxiliares e interlocutores em diferentes momentos da pesquisa².

Pretende-se neste trabalho proceder claramente a um experimento. O que instigou os autores, em primeiro lugar, foi a possibilidade de iluminar a dinâmica transgeracional através da comparação de três casos muito diferentes, por diversos motivos e, no entanto, associáveis pela sua origem em algum segmento das ‘camadas’ ou ‘classes populares’ do Grande Rio de Janeiro ao longo do século XX. Nos três casos, decidiu-se partir da

² Também deve ser reconhecida a importância da interlocução com os participantes de diversos encontros científicos realizados nesse período por iniciativa (às vezes compartilhada) ou com a participação de L. Duarte e de E. Gomes: Mesa Redonda sobre ‘Sexualidade e Religião’ e Grupo de Trabalho ‘Religiões e Percursos de Saúde no Brasil de Hoje: as curas espirituais’, da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia / ABA, Olinda, 2004; Seminário ‘Relações Familiares, Sexualidade e Religião’ (CLAM/IMS/UERJ, GREFAC/UERJ-UFRJ, PPGAS/MN/UFRJ), Rio de Janeiro, 2004; Painel ‘Família, Reprodução e Ethos Religioso’, no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 2004; Seminário Anual do Projeto ‘Sexualidade, Gênero e Família: rupturas e continuidades na experiência da Pessoa ocidental moderna’, CNPq, CLAM / IMS / UERJ, Rio de Janeiro, 2005; Sessão ‘Relações Familiares e Transmissão de Valores’, do Seminário ‘Quantificação e temporalidade: perspectivas etnográficas sobre a economia’, PPGAS / Museu Nacional / UFRJ, 2005; Grupo de Trabalho ‘Pessoa, Família e Ethos Religioso’, no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005; I Seminário Diversidade UFF: Cultura e Homoerotismo, UFF, Niterói/RJ, 2005; Grupo de Trabalho ‘Experiências religiosas na contemporaneidade: uma visão comparativa’, Reunião de Antropologia do Mercosul, Florianópolis/Montevideo, 2003/2005; Simpósio Temático ‘Religião e cidade’, Associação Latino-Americana de Antropologia, São Paulo, 2006; Grupo de Trabalho ‘Família e Curso da Vida’ e Grupo de Trabalho ‘Religião em Espaços Públicos: escolas, universidade e prisões’, 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006; Grupo de Trabalho ‘Pessoa, Família e Ethos Religioso’, no XXX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2006; Seminário Roberto Cardoso de Oliveira, ‘Transformações Sociais e Culturais no Brasil Contemporâneo: perspectivas antropológicas’, PPGAS/ MN / UFRJ; 2007; Mesa ‘Gênero e Gerações’, do Workshop ‘Mudança Social, Gênero, Gerações e Classes. Perspectivas Comparadas’, ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

relação originária entre um casal e uma residência (ou complexo residencial), envolta por todas as demais propriedades de sua condição social a essa época³. A partir daí, procurou-se acompanhar a trajetória da descendência desses casais de referência, até o ponto em que sua dinâmica ainda parecesse depender diretamente das condições e desafios colocados pelo ‘ponto zero’ do processo. O meio do século representa como que uma dobradiça temporal entre um dos casos, mais pretérito, e os dois casos contemporâneos. Com efeito, o casal original da família Duarte se constituiu em 1900 e deixou a cena nos anos 1950, enquanto os outros dois se constituíram entre os anos 1940 e 1950 e continuaram ativos até o final do século (os dois membros do casal Campos faleceram entre 1980 e 2003 e os dois membros do casal Costa encontram-se vivos até o momento da pesquisa, ainda que muito idosos e alquebrados).

Não se trata assim, nesta obra, de produzir uma etnografia densa de cada um desses casos, com o exemplar efeito monográfico tão essencial para a reflexão antropológica. Essa tarefa exigiria a produção de três livros diferentes (que podem, quiçá, vir a ser escritos em algum tempo vindouro). As informações trazidas à consideração do leitor são as que mais pareceram iluminar a questão analítica central, embora seja essa uma fronteira claramente arbitrária. Considerações de ordem prática, como as da limitação ao tamanho de um livro, certamente prevaleceram aí; mais do que a possibilidade de separar claramente os dados etnográficos pertinentes e impertinentes para o argumento central. Como sempre em antropologia, o pressuposto de uma íntima conexão entre todas as dimensões de cada caso de experiência humana permanece pulsante, alertando para o risco das pré-construções e vieses analíticos.

A informação etnográfica é díspar entre os três casos por diversas razões. A primeira é que a família Duarte foi observada a partir do foco de duas gerações passadas, cujos membros já se encontravam quase todos falecidos no começo dos anos 2000. Os dados foram assim obtidos num confronto entre as memórias pessoais do pesquisador e as de alguns outros membros de sua geração (a terceira) e da seguinte, a partir de um trabalho conjunto sobre o acervo de fotos da família (e a rememoração da experiência social

³ O horizonte de pesquisa que resultou neste livro tem muitos pontos de contato com a proposta de Pina Cabral & Lima (2005) de uma ‘história de família’ como método de análise sócio-antropológica específica, sobretudo do ponto de vista da íntima imbricação entre família e casa.

passada, assim suscitada). É também essa família bem menor em tamanho do que as outras duas, no âmbito de filiação e geração privilegiado. A família Costa é retratada a partir de um trabalho mais convencionalmente ‘etnográfico’, decorrente de um longo contato de pesquisa e de convivência de L. Duarte com um espaço social distante do seu próprio e concentrado em uma série de anos das décadas de 1970 e 1980 e de outra série desta primeira década do século XXI. O casal de referência concentra muito o acesso do pesquisador ao universo social do campo (com a exceção do período de seis meses em que o pesquisador residiu no bairro, no ano de 1976, e das diversas saídas de pesca de que participou naquela época). A família Campos é apresentada também numa situação contemporânea, embora o casal fundador já tivesse falecido à época do início da pesquisa. E. Gomes pertence à terceira geração da família e pôde, assim, combinar suas memórias pessoais com uma atitude sistemática de observação e entrevistas. Trata-se de uma família muito mais numerosa do que as outras duas; o que implica um volume de dados correspondentemente maior.

Nos três casos, foi explicitado aos interlocutores (parentes e não-parentes) que se procedia a uma pesquisa sobre ‘família’, com mais ênfase na história e memória familiar no caso das famílias Duarte e Costa e com mais ênfase na religião no caso da família Campos (embora, mais ao final, a ênfase na história e memória tenha também vindo a ser sublinhada). Essa explicitação não correspondeu, como é evidente, a um comum entendimento entre esses círculos sobre o que pudesse significar uma pesquisa sobre tal tema (nos três casos, repontou em algum momento a imagem de uma pesquisa ‘genealógica’, de recuperação da memória dos encadeamentos passados das gerações). No caso da família Costa, como o pesquisador fizera originalmente uma pesquisa local centrada nas questões do trabalho na pesca, essa associação sempre reforçou a tendência a que a memória da família deslizesse para a memória do bairro e do trabalho (que ainda é pensado como de ‘pescadores’).

Levantou-se assim, para os pesquisadores, uma série de inquietações e cuidados com a dimensão ética do trabalho. No caso das próprias famílias, a estratégia do anonimato dos informantes não poderia – por princípio – ser seguida; o que não deixava de constituir um desafio incômodo. No caso da família Costa houve uma grande hesitação. Embora, desde o começo, fosse intenção do pesquisador apresentá-la com seus nomes verdadeiros, em

função do tipo de material apresentado e do tipo de relação mantida com os seus membros, houve um momento em que cogitou de adotar o anonimato, por considerar que – embora não se explicitasse nada que não tivesse sido mais ou menos notório no interior da família em algum momento ou que pudesse comprometer sua imagem pública –, sempre se trataria de uma objetivação estranha à auto-imagem espontânea e contemporânea de todos os seus membros – podendo vir a se constituir em motivo de mal-estar⁴. Afinal, resolveu o pesquisador levar ao conhecimento de seu principal informante e cabeça da rede estudada o texto do capítulo III, o mais etnográfico e mais crítico – no sentido de mais diretamente expor informações objetivadas sobre essa família. Tendo sido recebido um claro aval para a publicização desse material, foi tomada a decisão de explicitar a identidade de toda a rede. Mas o tema – e suas implicações – serão retomados no capítulo II.

No que toca as três famílias, houve a retenção de um número pequeno de informações, nos casos em que sua exposição pública pudesse ter implicações de segurança (para os vivos) ou de estigma para um ou outro informante ou membro das redes (ainda que mortos). Trata-se de dados que os pesquisadores, de qualquer forma, consideram que não possam interferir de maneira nítida ou intensa nas interpretações aqui apresentadas (ou que possam desmentir quaisquer de suas hipóteses). Embora considerados mais delicados, alguns dados sobre a família Campos foram incluídos na análise com a ciência e autorização dos familiares envolvidos, com o objetivo de contextualizar a inserção da casa nos códigos morais do bairro.

Embora se trate de uma dimensão séria e crítica o fato desta pesquisa ter se voltado – em parte – para segmentos das próprias famílias dos pesquisadores, não se pretende exercitar aqui um particular aprofundamento da reflexão sobre o problema da proximidade / distanciamento do pesquisador em relação ao mundo observado. Essa dimensão pode ser

⁴ Há uma longa tradição de reconhecimento antropológico das mudanças que ocorrem na auto-imagem dos sujeitos sociais ao longo de suas trajetórias. O exemplo mais clássico ainda é o de S. Mintz sobre seu principal informante em Porto Rico (1960). As críticas de B. Latour e de L. Boltanski à ‘sociologia crítica’ de P. Bourdieu, em que os sujeitos não podem se reconhecer nos relatos analíticos, interpretativos, só fazem sentido no contexto radicalmente empirista em que se formulam as problemáticas desses autores e em relação ao tipo de situação e de agência por eles privilegiados – os segmentos sociais altamente reflexivos das elites ocidentais, em situações de controvérsias e justificações em que os saberes eruditos dessa mesma cultura desempenham um papel crucial.

considerada como a segunda característica do experimento em curso e será tratada no capítulo II, mais para se distinguir, no entanto, das outras ocorrências ou análises do tema, do que propriamente para oferecer uma sua discussão exaustiva. Trata-se simplesmente – é necessário repetir – de um exercício restrito, controlado, de comparação entre três configurações identitárias – que compartilham elementos comuns e se distinguem por muitos outros – e seus destinos sociais através de algumas gerações. A condição de membros das redes familiares em questão é inseparável de outra – igualmente marcante: a de que suas trajetórias os trouxeram a uma posição de estranhamento e reflexividade diferencial em relação a sua condição social de origem (ou a parte dela, pelo menos), o que é ao mesmo tempo um pressuposto e uma característica do material e da análise aqui apresentados.

A tradição dos estudos de ‘cultura popular’ ou de ‘cultura das classes populares’ é composta por diversas linhas tradicionais, das quais este trabalho se nutre mas também se afasta. Não se trata, em primeiro lugar, de propor alguma nova formulação para a especificidade dessas possíveis ‘sub-culturas’ (ou de seus princípios estruturantes). Também não se trata de uma contribuição explícita à tradição dos estudos de ‘cultura operária’ ou das ‘classes trabalhadoras’, uma vez que uma boa parte dos atores aqui apresentados não se considera (ou nunca se considerou) como pertencente a um operariado ou não define sua identidade prioritariamente enquanto ‘trabalhador(a)’. Finalmente, o trabalho dialoga apenas obliquamente com a questão da marginalidade e da violência que acometem a maioria dos bairros populares das grandes cidades brasileiras, embora alguns dos personagens sobrevivam nessa zona liminar do ‘trabalho por conta própria’, do comércio ambulante ou da ‘viração’. Duas das três casas axiais encontravam-se, nos seus respectivos períodos de observação, muito melhor protegidas da violência do que a maior parte das zonas residenciais de classe popular urbana, sobretudo nas últimas décadas, em relação ao caso mais contemporâneo. A terceira casa acompanhou mais de perto o adensamento populacional das áreas pobres da Baixada Fluminense, encontrando-se assim mais próxima dos cenários de violência, sem fazer parte tampouco de algum de seus mais dramáticos epicentros. Em apenas dois dos casos pode-se reconhecer, na linhagem central ou em suas proximidades, alguma presença do que é chamado, no modelo marxista, de lumpen-proletariado, embora esse limite também possa se apresentar

nas franjas colaterais mais distantes da terceira rede de parentesco em questão. Mesmo que as casas tenham vindo a se tornar progressivamente vizinhas de favelas ou de periferias muito pobres, com todas as implicações físicas e morais dessa proximidade na vivência popular contemporânea, o tom prevalecente tendeu a ser o da sua distinção ou afastamento dos limites mais baixos da precariedade (e, eventualmente, da indignidade) da reprodução social. No contexto da associação prioritária da imagem dos bairros populares com a marginalidade e a violência hoje prevalecente na ‘opinião pública’, em função de condições graves, notórias e muito generalizadas de convivência com uma violência cotidiana e sistêmica aí prevalecentes, este trabalho contribui para a visibilização de núcleos familiares e formas de reprodução que são – majoritariamente – distantes daquela imagem. Para a maior parte dos personagens aqui aportados, apresentar uma certa ‘dignidade’ moral, apesar das duras dificuldades enfrentadas, parece ser um ponto de honra suademente defendido. As poucas exceções a esse padrão acabam, muitas delas, por ser relidas ou reelaboradas naqueles moldes (inclusive por vias religiosas). De qualquer forma, embora o objetivo do trabalho não seja o de etiquetar as unidades familiares aqui analisadas, proceder-se-á a uma revisão dos modelos que se acaba de evocar, de modo a melhor ressaltar algumas propriedades desses perfis sociais.

O problema da modelização ou classificação dos diversos segmentos, camadas, classes ou grupos sociais nas sociedades ocidentais modernas tem sido um dos mais permanentes desafios do pensamento social desde o século XVII, legado com grave peso às ciências sociais emergentes no século XIX. A dissolução do ‘antigo regime’ das sociedades européias, caracterizado essencialmente por estamentos de status atribuído, cedeu lugar a uma nova configuração em que a possibilidade relativa de aquisição de novos status se impunha como uma dimensão ideológica importante. Entre as batalhas ideológicas que levaram às ‘revoluções’, por um lado, e a complexidade dos sistemas de classificação social delas emergentes, por outro, prevaleceu uma nítida classificação triádica: a oposição entre as ‘elites’ e o ‘povo’, entrecortada pela gente ‘do meio’ (remediados, *middlings*, classes ou camadas médias). Inúmeras modelizações especificantes dessa oposição vieram sendo propostas desde então, obedecendo inclusive às consideráveis mudanças nas condições sociais de reprodução de todos os diferentes grupos ao longo dos dois últimos séculos. A definição da abrangência deste trabalho como estando

referido às ‘camadas populares’ exige, portanto, uma revisão dessa problemática e uma justificação da categoria privilegiada, que serão empreendidas no capítulo VIII.

O problema da modelização ou da classificação dos grupos é indissociável da temática da ‘mudança social’, ou seja, da possibilidade de algum tipo de ‘mobilidade’ ou ‘ascensão social’, de aquisição de status diverso do que foi atribuído aos sujeitos em seu ‘berço’ social. A complexidade e multiplicidade dos processos de transformação das condições de reprodução, por um lado, e das representações sobre sua posição na sociedade, por outro, fazem com que a compreensão dessa dinâmica seja um desafio recorrente e inevitável. Essa problemática tem se apresentado freqüentemente sob a forma de questionamentos sobre o ‘individualismo’ ou sobre a ‘individualização’ dos sujeitos, o que poderia ser representado como micro-replicações (ou variações) ontogenéticas do grande deslocamento identitário filogenético ocorrido com a ‘grande transformação’ característica da modernidade ocidental. Essa questão será examinada, na via da distinção entre ‘auto-afirmação’ e ‘individualização’, nos Capítulos VII e VIII.

L. Duarte iniciou seu trabalho antropológico com uma análise dos processos diferenciais do trabalho na pesca em Jurujuba nos anos 1970. Essa pesquisa dialogava com os então intensos investimentos no conhecimento dos processos de reprodução das ‘classes trabalhadoras’ em diferentes contextos sociais. A caracterização dos diferentes regimes de produção então prevalecentes naquele bairro e a decorrente ‘diferenciação social’ emergente no interior daquele grupo impunha a definição de um interesse nessas ‘classes trabalhadoras’, uma locução herdada da bibliografia inglesa para definir o operariado em seu sentido mais lato, ou seja, não restrito ao que se constituía no interior da ‘grande indústria’ (e a que se atribuía propriedades sociais e ideológicas específicas). O tema da transformação de ‘pequenos produtores mercantis’ em ‘capitalistas’ e ‘trabalhadores’ parecia permitir uma melhor compreensão das mudanças aceleradas então em curso naquele contexto. A pesquisa se concentrou prioritariamente nas condições de constituição e reprodução dessas ‘classes trabalhadoras’, mas não deixou de evocar o tema da ‘diferenciação’ e os desafios de sua caracterização, uma vez que se tratava de um caso etnográfico muito raro de observação da emergência de ‘capitalistas’ (por ‘pequenos’ que fossem) e da convivência, como parentes ou vizinhos, destes com seus ‘operários’ – o que constituía uma questão desafiadora para os próprios atores locais. Já

nessa ocasião parecia importante para o pesquisador distinguir entre a busca pela ‘estabilização’ da reprodução, perseguida por todos os que se esfalfavam no contexto instável e imprevisível da produção pesqueira, e a ‘acumulação diferencial’ e eventual mudança para outra ‘classe’ social.

Em função da importância dessa temática na experiência etnográfica, sua pesquisa voltou-se posteriormente para a compreensão das formas diferenciais de atualização e representação do que veio a chamar de ‘perturbações físico-morais’, ou seja, a complexa gama de transtornos ou padecimentos que mediavam entre o ‘nervoso’ e a ‘loucura’. Era importante para a compreensão desses fenômenos distinguir a noção de pessoa que os caracterizava da noção de ‘indivíduo’ das camadas médias, sobretudo aquela que se distinguia (na dupla acepção da palavra) por conceber a existência – entre o corpo e a alma – de um psiquismo singular, capaz de ser conhecido e transformado pelos saberes psicológicos. Esse movimento de relativização da noção de pessoa ocidental moderna – por se aplicar não a distantes socialidades tribais, mas a segmentos da ‘mesma’ sociedade nacional – impunha a revisitação do tema da ‘mudança social’ e das transformações que lhe podiam ser consideradas solidárias ou concomitantes nas formas de representação e construção da pessoa. O desafio da melhor caracterização desses processos levou assim o pesquisador a deslocar seus investimentos na direção de uma melhor compreensão dos processos de ‘psicologização’, ou seja, de mudança (ou conversão, transformação, alternância etc.) nas representações da pessoa caracterizadas pela invenção superveniente de uma vida psíquica individual. Na medida em que essa mudança dependia de condições originárias de instituição do sujeito que emergiam no interior da vida familiar dos infantes, a temática da ‘família’ voltou a emergir como central para seus investimentos (uma vez que já tinha sido analisada e modelizada anteriormente no contexto das relações de trabalho entre os pescadores). Mais recentemente, acoplou-se à temática da família e de sua dinâmica diferencial entre as classes da sociedade nacional a dimensão crucial da ‘religião’, intimamente ligada à definição da ordem moral familiar, acompanhando o recrudescimento dos estudos decorrentes da recente emergência de um efetivo pluralismo religioso nas classes populares. Também aqui repontava a dimensão da mudança social, pela via da ‘conversão’ ou ‘passagem’ entre alternativas religiosas, imposta pela

novidade das formas de pessoa e de experiência social constituídas nas diferentes denominações evangélicas ou pentecostais.

A temática da religião atravessou toda a formação acadêmica de E. Gomes. Inicialmente, suas pesquisas enfocavam a dinâmica entre as novas denominações pentecostais, surgidas a partir do final dos anos 1970, e os meios de comunicação, enfatizando a heterogeneidade do movimento pentecostal; em contraposição aos estudos que tendiam a uma visão homogeneizante. A partir desta perspectiva, desenvolveu sua pesquisa de doutorado sobre as especificidades da Igreja Universal do Reino de Deus dentro do campo evangélico. A análise centrou-se no posicionamento desta igreja diante das acusações que lhe moviam diferentes setores da sociedade brasileira. A tese buscou demonstrar como a noção nativa de ‘autenticidade’ norteou seu projeto institucional, no qual sobressaíam as idéias de permanência e de consolidação. A pesquisa identificou o papel central desempenhado pela narrativa da conquista, da superação e do compromisso no discurso institucional, materializados na construção de suas ‘catedrais’, especialmente de sua sede mundial, no Rio de Janeiro.

Ainda antes de ter defendido a tese, a pesquisadora passou a integrar o projeto de pesquisa “Família, Religião e Ethos Religioso”, coordenado por L. Duarte, dando continuidade à reflexão em torno do panorama religioso contemporâneo. As preocupações relativas à análise formal de instituições religiosas, somadas aos debates promovidos no grupo de pesquisa então constituído, ensejaram novas abordagens, articuladas à relação entre religião e construção social da pessoa moderna. O registro se modificou, embora a importância do aspecto institucional ainda constituísse uma referência para a compreensão do fenômeno religioso. O interesse centrava-se na apreensão dos conflitos, acomodações, rupturas e continuidades presentes no cotidiano de famílias – de camadas populares – que tiveram suas configurações internas sensivelmente transformadas pela emergência do pluralismo religioso, especialmente marcado pelas conversões às igrejas evangélicas. Esta característica consagrou-se como fator preponderante para a realização da pesquisa junto à família Campos. Na etnografia, um novo tipo de pluralismo surgiu, demonstrando ser extremamente significativo para uma compreensão das transformações na dinâmica familiar: aquele de tendência exclusivista. No movimento rejeição-aceitação do “outro” – no caso, a família se caracterizara pela

tradição católica englobante – há, concomitantemente, uma reafirmação generalizada de identidades religiosas exclusivas, mesmo por parte de seguidores do catolicismo. A apreciação de trajetórias religiosas marcadas por processos, muitas vezes tensos, de conversão e desconversão, contribuiu para um maior entendimento dessa dinâmica. O pluralismo de tendência exclusivista passou a ser um ponto etnográfico norteador das análises propostas por E. Campos, que veio a utilizá-lo como recurso fundamental para analisar transformações nas relações cotidianas externas à família, como na vizinhança, no bairro e no espaço público.

Vê-se assim como se compôs esta dupla de autores para propor o experimento aqui desenvolvido – e como as questões que o inspiram já vêm longamente impulsionando o seu investimento de pesquisa. Ao lado desse breve histórico da problemática substantiva que inspira o trabalho, também é conveniente esclarecer, desde já, numa Introdução, algumas dimensões metodológicas essenciais.

Os capítulos III, IV e V deste trabalho pretendem apresentar o máximo possível de ‘dados’ sobre as três famílias estudadas, do ponto de vista de sua relevância para a consecução do objetivo experimental. Toda objetivação é necessariamente uma redução da riqueza da experiência vital dos observados e do processo de observação. Isso é notório e inevitável. O que vem há algum tempo instigando a reflexão antropológica é a possibilidade e necessidade de explicitação dos modos pelos quais essa redução se processa, seja em função de características dos observados, seja de características dos observadores ou – o que é mais evidente – das condições em que se produziu cada fragmento de informação, cada pista de interpretação, cada vislumbre de compreensão. Espera-se, sobretudo, dos trabalhos monográficos que apresentem e reflitam com particular profundidade sobre essa dimensão. Num trabalho como este, em que se visa a atualização de um experimento controlado restrito, não será possível explicitar toda a complexidade dos processos de construção dos dados. O capítulo II é o lugar em que se concentrará, de todo modo, esse tipo de reflexão. Mas é imprescindível esclarecer desde já que o modo narrativo com que são produzidas as apresentações das famílias e de seus locais de vida nos três capítulos mais descritivos assume a posição do observador abstrato, soberano, que apresenta sua construção como um fato externo, objetivo, já dado. Uma tensão inevitável entre uma visão ética, objetivista, externa, que procura privilegiar

o oferecimento ao leitor de parâmetros de localização e comparação de cada um desses lugares sociais aqui explorados, e uma visão êmica, em que os critérios internos, locais, de representação do seu ‘mundo’ possa transparecer é essencial para uma compreensão sociológica mais profunda. Mas preferiu-se, neste caso, em proveito da compreensão do processo analítico, assumir uma apresentação mais objetivada nos capítulos centrais, explicitando sempre que possível nos capítulos mais analíticos as condições de produção daqueles dados (e o caráter relativo de sua ‘verdade’).

Uma parte importante dessa explicitação é a que decorre da localização das ‘versões’ das histórias aqui trabalhadas. Como voltaremos a discutir no capítulo II mais enfaticamente, a respeito das circunstâncias particulares do trabalho de pesquisadores com as suas próprias famílias, o fato de haver uma concentração sobre a experiência vital do seu próprio grupo de parentesco não importa de modo algum em uma transparência ou homogeneidade de representações e de discursos sobre sua vida. Todos os fatos apresentados – às vezes os que se espera serem mais objetivos, como a data ou o lugar de um evento – podem variar em função de quando, como e por quem foram apresentados. É evidente que os autores se apoiaram em alguns informantes privilegiados e o efeito de suas propriedades de posição sobre a qualidade dos dados deve ser levado em conta. Por outro lado, os sentidos que podem ser atribuídos a uma suposta característica ou qualidade dentro da mesma família também podem variar enormemente conforme se tenha ou não acesso a outros observadores externos àquele recorte e se possa deles obter registros e avaliações a serem incluídos no quadro. Os autores, por outro lado, tanto no caso de suas famílias quanto no da família observada num campo mais distante, nunca deixaram de fazer suas próprias escolhas, mais ou menos conscientemente, e mesmo de intervir como agentes dessas histórias. O desafio é o de como poder incorporar o máximo de reflexividade contextual à compreensão ensejada. Em cada um dos três casos – ainda é preciso acrescentar –, apresenta-se um certo modo de articulação entre as imagens atuais e os dados históricos disponíveis, por um lado, e o olhar nativo, de dentro, para fora do bairro, na direção do vasto mundo externo, por outro. Por mais flexíveis, sutis e cambiantes que sejam as fronteiras entre essas casas e suas ruas, elas se apresentam continuamente em ação, ensejando que sejam sensíveis e palpáveis as transições efetuadas nos dois sentidos. Isso impõe o problema corolário da reflexão sobre as

maneiras pelas quais os pesquisadores foram vistos / construídos nesses universos e como essa percepção interagiu com a produção das informações, a criação dos *settings* e o tom geral da convivência de pesquisa.

Não é dos menores condicionantes dessas propriedades de posição a diferença do gênero dos dois pesquisadores e o acesso diferencial, daí decorrente, a certos dados ou pontos de vista tanto na pesquisa com a família mais distante quanto na pesquisa com as próprias famílias dos autores. A posição de gênero opera com particular ênfase justamente no interior das tramas familiares, constitutiva como é das oposições e dinâmicas identitárias que aí se encontram em ação. Também é necessário sublinhar a importância da diferença de posição em relação à geração de referência das famílias dos pesquisadores. O contato de L. Duarte com a família Costa se deu prioritariamente com o chefe da primeira geração e com sua hoje falecida mãe (que habitava na casa do filho àquela época). Isso demarca fundamente todo o contato com as gerações subseqüentes, com efeitos que serão oportunamente explicitados. Embora em ambos os casos da pesquisa com a própria família, tenha-se escolhido como geração de referência a de seus avós – paternos em um caso, maternos em outro – os avós de L. Duarte morreram quando ele ainda tinha 5 ou 6 anos; os avós de E. Gomes morreram quando ela já tinha 18 – avô materno – e 33 – avó materna – anos, o que os expôs muito diferencialmente à vivência direta do campo de valores, identificações e alianças ativo na geração primordial. Isso tem implicações para o acesso e compreensão das informações circulantes sobre esse período.

A temática da transgeracionalidade é uma das balizas da reflexão aqui empreendida. Embora não se vá revisar mais sistematicamente a abundante literatura – sobretudo psicológica e psicanalítica – que tem se dedicado a explorar o potencial heurístico da observação dos efeitos sócio e psicodinâmicos das diferentes modalidades culturais da transmissão de qualidades ou disposições através das gerações, assim como das múltiplas implicações das condições concretas, vivenciais, em que se dão todas suas atualizações tópicas, têm os autores claramente consciência da crucialidade dessa dimensão dos fenômenos sociais e buscam contribuir para sua maior explicitude nos estudos

sociológicos e antropológicos através da análise aqui empreendida (sobretudo nos caps. VI, VII e VIII)⁵.

Em qualquer pesquisa, exige-se uma particular atenção à possibilidade dos entre-ditos, dos murmúrios, dos não-ditos ou mesmo dos segredos confiados em campo (cf. Gomes & Natividade, 2006). Há ainda as aparentes contradições ou as imprecisões recorrentes, os ‘buracos’ mais ou menos conscientes em torno de temas ou épocas ou eventos passados (sobretudo os que envolvem a sexualidade, a transgressão ou a ilegalidade), os mistérios assumidos (questões que os próprios informantes declaram não saber explicar), a construção de ‘fachadas’, a elaboração de ‘re-leituras’ (cf. Mintz, 1960; Pollak, 1990), e a própria disposição diferencial à colocação da vida em discurso em função dos diferentes graus ou modos de letramento, racionalização e distanciamento (que é, inclusive, a matéria prima direta dos dramáticos ‘testemunhos’ pentecostais). A plena assunção da renúncia à ambição de acesso a uma verdade absoluta sobre o mundo observado não significa, no entanto, a renúncia à ambição de melhor compreensão da ordem dos fenômenos registrados e de sua experiência nativa. Nessa linha instável constroem-se e se justificam a inscrição, a interpretação, a modelização e a narrativa antropológica.

Hoje, veicula-se com frequência a denúncia da disposição interpretativa como o indício de um autoritário privilégio do observador sobre a experiência nativa. A posição do projeto antropológico não tem como não ser assimétrica, uma vez que as disposições culturais que a suscitam são diferentes daquelas que inspiram ou inspiraram a vida de todas as demais ordenações simbólicas emergentes no mundo. Reconhecer essa assimetria ‘situacional’ não significa, porém, assumir necessariamente alguma preeminência ontológica ou epistemológica sobre os ‘nativos’ (inclusive os internos a nossas próprias sociedades, populares ou eruditos, subordinados ou dominantes,

⁵ Um importante ramo da psicanálise francesa contemporânea, comprometida com o que chama de ‘transmissão transgeracional’ (que se constrói em diálogo com a ‘terapia sistêmica’ de origem anglo-saxã), vem produzindo análises de grande interesse sociológico. As séries de informações de que dispõem os psicanalistas sobre a vivência da trama familiar são muito diferentes, no entanto, das que pode produzir a pesquisa antropológica. De qualquer modo, o diálogo com essa corrente está subjacente à formulação do interesse na transgeracionalidade presente neste trabalho (cf., e.g. Kaës, 1993; Ancelin-Schützenberger, 1997; Tisseron, 1999; Attias-Donfut, 2000). A sociologia francesa contemporânea que se ocupa de fenômenos equivalentes repousa, no entanto, quase exclusivamente sobre a experiência das classes médias, o que a torna menos estratégica para este estudo (cf. Muxel, 1996; Coenen-Huther, 1994; Déchaux, 1997; Segalen, 1991; Singly, 2001a, 2001b, 2001c)

marginais ou hegemônicos). A idéia de que seja possível, por outro lado, conceder às concepções do outro um lugar de mais verdade – com uma maior coerência cosmológica ou autenticidade vivencial, por exemplo – acaba por expressar uma sofisticada e rematada arrogância, como se de nós, ainda seus observadores e descritores, dependesse a revelação e chancela de tal dignidade ontológica⁶.

A preservação e a defesa, implicada neste exercício, da interpretação e modelização dos fenômenos humanos dentro de certos parâmetros experimentais pressupõem, assim, a consciência de que a dimensão ‘societária’, ‘identitária’, ‘extensiva’, ‘molar’ e ‘convencional’ das unidades significativas em que se organizam as socialidades humanas não é um impedimento ao reconhecimento ou atenção à dimensão ‘experencial’, ‘inventiva’, ‘multifacetada’, ‘intensiva’, ‘molecular’ ou ‘plural’, mas a sua contrapartida necessária: afinal, as categorias de vida, experiência, fluxo, criatividade ou singularidade são tão específicas de nossa cultura ocidental quanto as da razão, da identidade, da ordem, da representação e da totalidade. A ênfase na segunda dimensão é, porém, tanto mais justificada e inevitável em um trabalho que se desenvolve sobre segmentos das ‘sociedades’ nacionais modernas para os quais as convenções da ‘identidade’ são parte essencial, estruturante, de sua cosmologia nativa (cf. Sahlins, 1996). A lógica complexa de identificações e construção ou transformação de identidades não é apenas uma invenção dos segmentos letrados e racionalizantes (embora também o seja), mas é parte da ‘experiência vital’ de nossos observados – por mais complexa, tensa, fluida, cambiante e ambígua que possa se apresentar.

Reconhece-se, porém, quão problemática é a tensão entre essas dimensões (e considerar que se trate de ‘dimensões’ e não de ‘alternativas’ já é uma tendenciosa tomada de posição) e quão desafiadora se apresenta para a construção do texto interpretativo. Avulta, entre muitos exemplos, o problema da objetivação dos dados sobre parentesco em quadros sistemáticos, formalmente racionalizados, em detrimento da visão êmica, vivencial, dos observados sobre essa dimensão de suas vidas. Essa crítica está presente na

⁶ Os riscos de um ‘populismo’ epistemológico, que sempre cercou o empreendimento antropológico no trato com os segmentos dominados ou englobados das sociedades ocidentais, hoje parecem rondar algumas aplicações ou extrapolações do ‘perspectivismo etnológico’.

antropologia pelo menos desde Louis Dumont (1971)⁷. No entanto, apesar de seu claro viés cultural, não parece haver outro modo de iniciar a compreensão do que está ocorrendo na vida relacional de qualquer cultura. No caso de variantes de uma mesma cultura em sentido amplo, como as que se tem em mãos aqui, é tanto mais inevitável apresentar os dados básicos das redes de parentesco naquele formato, mesmo sabendo-se que nenhuma das famílias estudadas tem o hábito de racionalizar sua rede de parentesco ou conceber o seu pertencimento familiar daquela forma⁸. De qualquer modo, a maneira com que se desenharam os quadros apresentados nos Anexos exige uma explicitação complementar. As declarações de relações de parentesco podem variar enormemente de critérios em função de diversas circunstâncias, muito discutidas na literatura antropológica (cf. Schneider, 1968). No caso da família Costa, um quadro genealógico construído com uma informante particularmente paciente (e ‘especialista’ nas relações de sua família), em 1974, apresentava 298 personagens. Um quadro de tamanha extensão (a que ainda se teria que acrescentar todos os personagens incorporados por casamento, nascidos ou representados de alguma maneira como parentes desde então) seria de nulo interesse para os fins deste trabalho – embora tenha sido sempre útil para localizar as referências concretas e cotidianas (ou não) a parentes diversos naquele contexto de pesquisa. Decidiu-se, assim, apresentar apenas o quadro da linhagem descendente dos casais de referência, que comporta informações fundamentais para o acompanhamento da análise (à exceção de uma linhagem colateral da família Costa). Aparecerão eventualmente no texto outros parentes, descendentes dos colaterais das primeiras gerações, ou mesmo contra-parentes que não será difícil localizar, apesar de sua ausência dos quadros em Anexo⁹. A tensão entre informação básica, externa, de ‘localização’ dos

⁷ Marylin Strathern refez essa crítica em termos quase homólogos (1992b) e, aparentemente, sem conhecimento da crítica dumontiana, apesar de partirem de horizontes epistemológicos antípodas.

⁸ Trata-se de um processo homólogo ao da construção da gramática (ou de um glossário escrito) de uma língua ágrafa. Embora se trate de uma formalização estranha à vivência nativa, ela é imprescindível para qualquer tipo de trânsito cultural a ser estabelecido regularmente entre os falantes de duas línguas diferentes (e diferentemente vivenciadas).

⁹ É necessário, desde já, explicitar algumas convenções aqui utilizadas para melhor condução das informações. A categoria ‘família’ estará sendo utilizada quase exclusivamente num dos seus sentidos ‘nativos’: o de ‘família extensa’ ou de ‘rede familiar’ (‘parentela’ ou ‘grupo de parentesco’). Eventualmente haverá referência às ‘unidades domésticas’ como ‘núcleos familiares’ (por força da categoria analítica de ‘família nuclear’). A categoria ‘rede’ será utilizada para designar o quadro mais amplo da relacionalidade de cada ‘família’, a categoria ‘linhagem’ designará o conjunto dos descendentes

fenômenos aqui trabalhados e a visão interna das relações reais, vivenciais, de família e parentesco em cada uma de nossas unidades também não reduz a importância de alguns outros anexos objetivantes, como os mapas que aqui se apresentará. Em muitos momentos, é inevitável deixar transparecer a ilusão de um observador abstrato, universal. Sem essa objetivação, nos perderíamos na mera constatação fenomenológica de uma justaposição de experiências parciais – ao que corresponde apenas uma dimensão da vida de nossos observados. Espera-se que esta linha instável aqui construída possa desenhar um horizonte heurístico mais amplo em torno dos fenômenos observados e ensejar contornos inspiradores para outros alheios e futuros desenhos.

O compromisso com uma objetivação das experiências observadas e analisadas implica assumir uma visão ‘realista’ da dimensão simbólica fundante da condição humana (uma cultura, uma ordem simbólica, um sistema de significação etc.), só em relação à qual as ações, interações, fluxos e eventos podem emergir como significativas. Opõe-se tal visão às tendências empiristas e nominalistas contemporâneas que buscam sustentar a possibilidade de uma invenção etnográfica exclusivamente fundada nas formas fenomenais mais imediatas, tais como as que se manifestam nos atos e formas interativas e comunicacionais. O estatuto das diferenças reconhecidas, construídas e objetivadas em quaisquer níveis da vida social é tanto mais complexo, imprevisível e desafiador quanto se considere que essa ordem simbólica abrangente a partir da qual se erigem nem é totalmente consciente, nem é totalmente integrada ou unívoca. Isso significa pressupor que possa haver tensões e contradições entre diversas dimensões da experiência social, sem que elas emergjam apenas da superveniência de graves desafios externos à sua dinâmica própria, mas possam estar contidas em sua própria ordenação principal (como as de que trata M. Sahlins, nos dois níveis - 1985). O estatuto não-consciente de dimensões estruturantes da lógica cultural que sustenta uma determinada ordem

(e seus respectivos afins) de um determinado ego dentro da rede e a categoria ‘ramo’ designará o conjunto dos membros de uma ‘linhagem’ do ponto de vista de sua contraposição aos demais. Chamar-se-á de ‘colateral’ a linhagem descendente de outro membro das fratrias dos ascendentes de algum ego e de ‘primo’ o membro individual dentro do conjunto dos ‘colaterais’. Será feita menção, menos freqüente, a ‘contra-parentes’, ou seja, os parentes dos afins em cada linhagem. O uso dos nomes próprios ocorrerá apenas em relação aos personagens da primeira e da segunda geração. Nas subseqüentes, será feita apenas a localização pela linhagem ou ramo e pela ordem na fratria, de modo a não sobrecarregar a atenção do leitor com uma galeria nominal excessiva, nessas que são as mais numerosas gerações.

simbólica concreta não significa que os sujeitos sociais sejam meros marionetes de forças ocultas, mas sim que a não transparência das motivações de seus valores e atos lhes faculta certas condições de agência e de reflexividade e não outras (diferentes em função justamente das características do agenciamento simbólico englobante e de suas formas estabilizadas de objetivação). Quaisquer outras propostas que tendam a reduzir a experiência humana à sua agência e reflexividade imediata apenas reiteram etnocentricamente os pressupostos individualistas da cultura ocidental, que tão penosamente se vem buscando relativizar¹⁰. A posição aqui defendida também não considera que o trabalho de interpretação intrínseco à prática antropológica desqualifique as representações, os argumentos e as racionalizações conscientes dos sujeitos observados, ao buscar iluminá-los sob o ponto de vista de modelizações mais abstratas ('experience distant', nos termos de C. Geertz), mas que – pelo contrário – ele tende a revelar a riqueza da capacidade de invenção simbólica humana a partir de tantas ordens de implicação externas e internas (no sentido da construção cultural de sua subjetividade e de sua relacionalidade).

Algumas das fórmulas correntes a respeito dos riscos dos 'grandes divisores' parecem pressupor que a experiência social dos sujeitos dependentes da cultura ocidental possa ser reduzida à que se manifesta nos segmentos letrados portadores da 'grande tradição' erudita, maximamente representada pelo establishment científico e por seus pressupostos cosmológicos (como a representação de 'ciência', de 'natureza', de 'experiência' e de 'razão'). Todos os testemunhos etnográficos conhecidos sobre a experiência desses sujeitos revelam uma enorme complexidade e considerável distância dos pressupostos cosmológicos eruditos englobantes. Revelam ainda, por outro lado, como esses pressupostos se disseminam diferencialmente, no tempo e no espaço, pelas diferentes 'sociedades', 'classes', 'grupos' e instituições em que se constituem. É difícil assim presumir que todos os sujeitos sociais disponham do mesmo estilo de 'reflexividade', mesmo que todos sejam portadores da mesma racionalidade e, quiçá, da mesma razoabilidade. Há modos culturalmente instruídos de produzir reflexividades,

¹⁰ Sobretudo nos casos mais recentes que se apresentem como tendo resolvido – ainda que apenas retoricamente – o problema da 'dicotomia' entre 'indivíduo' e 'sociedade', falsamente apresentado como uniforme e estável em toda a tradição antropológica precedente.

eventualmente aplicáveis sobre a própria ordem cultural que assim opera. Riqueza e complexidade cosmológicas não são as mesmas interculturalmente – mesmo que se lhes deva conceder o privilégio abstrato de não ter que ser traduzidas pela nossa para poder usufruir de sua plenitude ‘cosmológica’.

Eis o que nos revelam fartamente os trabalhos sobre as ‘classes populares’ no Ocidente. L. Duarte, por exemplo, elaborou a questão da diferença, distância ou especificidade da cultura das classes populares brasileiras, em relação à ‘grande tradição’ ocidental, a respeito das representações sobre ‘doença’, ‘loucura’, ‘perturbação’, ‘pessoa’, ‘natureza’, ‘família’, ‘sexualidade’ e ‘religião’, em diversos de seus trabalhos. Ropa & Duarte, nesse sentido, insistiram numa refutação do modelo proposto pelo ‘jovem’ L. Boltanski de graus maiores ou menores de ‘reflexividade da cultura somática’, justamente para ressaltar a alta complexidade dos modelos populares de saúde / doença (cf. Boltanski, 1979 e Ropa & Duarte, 1985). Mas a literatura é pródiga em relação a esses e a muitos outros tópicos de máxima relevância para a compreensão da dinâmica social desses segmentos.

Ao assumir essa posição ‘realista’ em relação à condição ontológica do material aqui trabalhado, os autores se dissociam também das tendências neo-românticas contemporâneas que, a partir de um fundamento empirista-nominalista, postulam a ‘inexistência’ das objetivações identitárias correntes nas sociedades ocidentais ou a inconveniência da produção de uma compreensão sociológica que as leve em conta, por suporem que essas objetivações se encontram, na verdade, no aparelho conceitual da tradição racionalista iluminista e não no universo social examinado (não passariam de *flatus vocis*). Embora se reconheça que esse privilégio à dimensão mais fluida, inconsútil, molecular, da vida social possa iluminar com nova luz determinadas áreas ou dimensões específicas, não se considera que ela possa se substituir completamente à análise das dimensões mais objetivadas. Os estudos sobre a experiência religiosa não tem como operar do mesmo modo que os que se voltam para a vida institucional religiosa ou para o papel moral da religiosidade na vida cotidiana; a questão do erotismo envolve estratégias heurísticas diversas das que exigem as formas institucionalizadas da sexualidade, da conjugalidade e da reprodução; a experiência de situações liminares como o consumo de drogas, as carreiras de transgressão, a vida em comunidades religiosas ou alternativas

importa em focalizações diversas das que prevalecem em relação aos níveis mais convencionais da vida social, sobretudo nas classes populares. Essa é, aliás, a posição explícita de B. Latour, que – apesar ou, talvez justamente, em função de seu empirismo radical – considera sua estratégia de conhecimento aplicável apenas às situações caracterizadas pelo que ele chama de ‘controvérsias’.

Essa questão foi tratada de modo muito esclarecedor por Marilyn Strathern em uma reflexão sobre ‘auto-anthropology’, ou seja, a realização de pesquisa antropológica sobre as próprias sociedades dos observadores (1987). O que se chamou há pouco de ‘focalização’ parece ser o que ela evoca sob o nome de ‘atividade produtiva’, sugerindo que o critério fundamental para a pertinência da apropriação analítica antropológica é o da busca do reconhecimento do sentido das experiências originais, em sua radical diferença do sentido que ‘nós’ próprios lhes viemos eventualmente a atribuir¹¹. Essa tarefa é particularmente desafiadora no trato com os segmentos das sociedades ocidentais que não sejam os portadores de sua ‘grande tradição’ – e é provavelmente ainda mais crítica para pesquisadores que têm que lidar com a presença de diferentes tradições sócio-culturais em suas próprias trajetórias familiares. O reconhecimento da diferença entre os ‘focos’ ou ‘atividades produtivas’ ativos nesses outros meios e os que prevalecem no universo dos produtores intelectuais universitários talvez seja, porém, revelador do desafio que está presente também no trabalho com os segmentos sociais mais próximos do núcleo cultural hegemônico, que – nem por isso – compartilham das convenções estruturantes dos saberes sociológicos em sentido lato. Essa diferença seminal do sentido das ‘atividades produtivas’ (de sentido) não parece passível de resolução por meras declarações piedosas de ‘simetria’ entre ‘interlocutores’. A antropologia não pode deixar de ser um espaço de reflexão que se caracteriza por uma disposição de ‘simetrização’. Todo o seu trajeto é um testemunho das dificuldades de efetivação desse ideal, mas também do enorme potencial de avanço nessa direção. Um resíduo irreduzível parece jazer, porém, no fundo do empreendimento: a variedade de ‘observação’ que caracteriza o agente típico das versões eruditas da cultura ocidental moderna (com seus pressupostos

¹¹ “We need to have some sense of the productive activity which lies behind what people say, and thus their own relationship to what has been said. Without knowing how they ‘own’ their own words, we cannot know what we have done in appropriating them.” – Strathern, 1987: 19.

cosmológicos de realidade, natureza, razão, reflexividade – e seus competentes contrapontos reativos românticos) não é jamais a mesma de qualquer outro agente, da sua ou de qualquer outra cultura (por mais ‘racional’, ‘reflexivo’, ‘inventivo’, que seja). Acresce a essa propriedade de condição geral a circunstância de que essa variedade de ‘observação’ se atualiza em determinada ‘situação’ (no sentido de Evans-Pritchard) ou ‘nível’ (no sentido de L. Dumont), fazendo com que a entrevista de um antropólogo metropolitano por outro colega, de mesma formação e competência, estabeleça inevitavelmente entre os dois uma desconfortável, ainda que promissora, ‘dissimetria’.

A eventual acolhida de tais considerações pelo leitor (ou leitora) permitirá que a devida atenção ao fato de estarem os autores às voltas com a questão de uma pesquisa parcialmente voltada para suas próprias famílias não altera substancialmente os desafios característicos da disposição antropológica; apenas talvez lhe aponha alguns complicadores de estratégia, auto-consciência e método¹², impostos – em boa parte – pela necessidade de atenção ao senso comum acadêmico, mais do que a vetores propriamente epistemológicos.

¹² M. Strathern busca distinguir entre ‘reflexividade’ e ‘auto-consciência’: “there is a tendency to equate reflexivity with heightened self-consciousness, and thus to regard it like a personal virtue, which this or that sensitive person displays in their writings” (1987: 18). Neste caso, querem os autores sublinhar realmente a dimensão de ‘auto-consciência’ implicada em uma pesquisa desse tipo – seja qual for a ‘virtude’ aí envolvida.